

Ex.mo (a) Sr.(a)

Registo de Saída

Vossa Referência	Data	Nosso Registo de Entrada	Nossa Referência	Data
		N.º	90/CP-DGF/2024	26.12.2024
Na resposta, é favor indicar esta referência. Obrigado.				

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA, PARA O GABINETE
Assunto: **DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP) E PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO**
E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

Nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação vigente, doravante apenas designado como CCP, temos o prazer de convidar V. Exa. a apresentar proposta para a contratação em assunto, cumprindo o presente convite e o respetivo caderno de encargos, para este procedimento de ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, conjugado com o nº 2 do art.º 10.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nas redações vigentes.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviços, em regime de avença, para o gabinete de inserção profissional (GIP) e para o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS).

2. ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade adjudicante é o Município de Bombarral, com sede na Praça do Município - 2540-046 Bombarral, pessoa coletiva número 506800580, telefone nº 262609010, Fax: 262609041 e correio eletrónico: contratacao publica@cm-bombarral.pt.

3. DECISÃO DE CONTRATAR

A competência para autorização da despesa e para a escolha do procedimento a adotar cabe ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.



4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DE AJUSTE DIRETO

4.1 É adotado o procedimento de ajuste direto, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, em virtude de o valor contratual ser inferior a 20.000,00€ (vinte mil euros), conjugado com o n.º 2 do art.º 10.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nas redações vigentes, visto que o serviço será prestado como avença.

4.2 De acordo com o n.º 6 do artigo 44.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024, os contratos de prestação de serviços, em regime de avença, praticadas pelas autarquias locais, não carecem de parecer prévio vinculativo.

5. PREÇO BASE

5.1 O preço base do procedimento é de **16.800,00€ (dezassex mil e oitocentos euros)**, que corresponde a uma retribuição certa mensal no valor de **1.400,00€ (mil e quatrocentos euros)**, ambos a acrescer do IVA à taxa legal em vigor.

5.2 O preço base entende-se como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação dos serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar.

6. ESCLARECIMENTOS, RECTIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

6.1. Quaisquer esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados dentro dos prazos legais estipulados.

6.2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões por eles detetados nas mesmas peças e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças e prevalecem sobre estes em caso de eventual divergência.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

7.1 - A proposta a apresentar deverá ser constituída, pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I do Código dos Contratos Públicos, que faz parte integrante deste convite, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar;

b) Documento que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, incluindo obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Preço total da proposta e valor mensal, que não devem incluir o IVA, deve mencionar-se expressamente que aos preços acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal, se o mesmo for aplicável.

c) Declaração de início de atividade.

7.2 - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para apreciação da mesma.

7.3 - Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

8. PRAZO DE ENTREGA E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser apresentados **até às 23:59 do 5º (quinto) dia a contar da data da receção do presente convite**, através da plataforma eletrónica: <www.acingov.pt> e é de 66 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

9. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à fase de negociação de propostas.

11 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO

11.1 Nos termos do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:



- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos, a qual deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.

11.2. Indica-se que o adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da notificação, para apresentação desses documentos.

11.3. Indica-se que a entidade adjudicante concede um prazo de **02 (dois) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

11.4. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no ponto 11.1 através da plataforma eletrónica: www.acingov.pt.

12. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

13. ENCARGOS

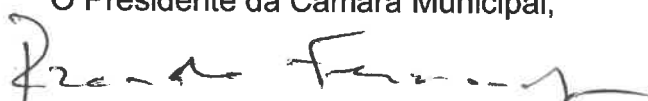
São encargos do concorrente, as despesas e encargos inerentes à elaboração da proposta.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente Convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação vigente e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Fernandes



Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º
ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c)
do nº 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

- a) ...
- b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (⁴)]

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57º.

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (5)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (6) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (7)] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (9)].

(5) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(6) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(7) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(8) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(9) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

